

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESFERA PÚBLICA: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO BRASIL

Sandra Jovchelovitch,  
Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2000  
Por Ana Claudia Silva Figueiredo<sup>1</sup>

---

Sandra Jovchelovitch, Doutora em Psicologia Social, é atualmente professora e pesquisadora do Departamento de Psicologia Social da London School of Economics and Political Science, na Inglaterra, um dos mais importantes centros de estudos e pesquisas em Psicologia Social no mundo. Seus estudos estão centrados na produção de saberes sociais e na forma como estes se articulam com a construção de identidades sociais. Sobre a relação existente entre Representações Sociais e Esfera Pública, parte do pressuposto que esta é uma relação bastante complexa e está relacionada com a lógica de produção das representações sociais enquanto fenômeno. A esfera pública, ponto de partida para suas análises, fornece às representações sociais o terreno sobre o qual as representações podem ser cultivadas, ou seja, é no espaço público que as representações sociais ganham corpo e expressão, através das imagens, símbolos e personagens da vida cotidiana.

A **teoria das representações sociais**, que é utilizada como abordagem para analisar a construção simbólica da esfera pública no Brasil, constituiu-se a partir de um conceito, formulado por Moscovici (1961)<sup>2</sup>, há mais de três décadas, para designar fenômenos múltiplos que observamos em níveis variáveis de complexidade, que podem ser percebidos tanto ao nível individual, como coletivo, nas suas dimensões psicológicas

---

<sup>1</sup> Mestranda do programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO.

<sup>2</sup> MOSCOVICI, Serge. *La Psychanalyse: Son image et son public*. Paris: PUF, 1961. Esse texto foi parcialmente traduzido e publicado no Brasil em 1978 por Zahar Editores, com o título *A Representação Social da Psicanálise*.

e sociais. Nesse enfoque, que orienta o trabalho de Jovchelovitch, os sujeitos sociais são considerados ativos no processo de construção da realidade social, como também da realidade da vida psíquica, estabelecendo-se assim, um processo que articula o comportamento individual e o coletivo.

Ao contrário da teoria durkheimiana - precursora dos estudos sobre representações sociais, examinando o fenômeno designado como **representações coletivas**, ainda no século XIX - a teoria moscoviciana parte do princípio que as representações sociais são entidades constituídas pelas ações dos sujeitos, e não reações a estímulos exteriores a estes. As representações, não apenas conduzem os comportamentos, as atitudes e comunicações, mas, os constroem e reconstroem na realidade social. Através do conteúdo das representações sociais - informações, imagens, opiniões e atitudes, etc - os sujeitos podem interagir com o mundo e com os outros; ao representar o mundo eles podem representar a si mesmos. Considerada por Moscovici, como "*uma das vias de apreensão do mundo concreto*", as representações sociais constituem-se através de observações e de análises, sendo essas observações, ou grande parte delas, provenientes daqueles que são considerados seus "*representantes*" - aqueles que participam da criação das representações e possuem status na produção de comportamentos, os **meios de comunicação** (a mídia em geral) - cujos discursos são analisados por Jovchelovitch.

A questão central, discutida pela autora neste livro, é a construção simbólica da esfera pública no Brasil, dando ênfase à forma como ela é pensada e representada na mídia, na política e na vida cotidiana das pessoas comuns, analisando como esta emerge, enquanto uma representação social.

O campo empírico sobre o qual se realiza este estudo, segundo a autora, contempla as "*ruas*" e a "*vida política*" - elementos centrais da esfera pública - nas quais será possível observar que "*na sua face mais crua, revela corrupção, violência, nepotismo, clientelismo e desigualdade. E na sua face mais sutil, ela mostra uma lacuna profunda entre direitos constitucionais e a vida cotidiana, fazendo da cidadania uma condição perdida nas palavras vazias da retórica oficial*" (p. 15). Embora a pesquisa apresentada no livro, se refira ao início da década de 90, muitas das questões levantadas naquele momento, continuam presentes hoje na vida pública brasileira. Os novos problemas são as velhas questões de sempre, herança histórica e cultural, que parecer estar longe de nos abandonar.

A autora chama atenção para o fato de que, investigar as condições contemporâneas da esfera pública, conduz o psicólogo social a refletir em várias direções. Primeiro, é uma reflexão sobre o “social” e sua complexidade. O social geralmente aparece fazendo referência às condições concretas da vida, que envolvem desde relações sociais de produção até mecanismos institucionais de várias ordens, mas a intenção da autora neste livro é explicar o significado que a vida social assume na sua dimensão pública. Segundo, é refletir sobre o espaço público como um espaço de interação entre o EU e o OUTRO. A esfera pública, enquanto lugar de alteridade, fornece às representações sociais o espaço favorável para a sua reprodução. A alteridade pode ser entendida aqui como a condição necessária para o desenvolvimento do outro. E terceiro, é refletir sobre a vida pública, em confronto com questões que demandam uma psicologia social crítica, atenta às transformações sociais, culturais, de gênero e globais. Para a autora, não existe conhecimento científico neutro, “as mudanças teóricas e epistemológicas devem estar radicalmente associadas a narrativas humanas” (p. 19), ou seja, àqueles que dão sentido às representações sociais e constroem a matriz de representações da vida pública.

O texto encontra-se dividido em duas partes: na primeira, a autora explicita a sua abordagem teórica, especificando o problema da pesquisa (o ponto de partida para as suas investigações), procurando mapear o campo de significações dos espaços públicos e como estes são representados simbolicamente, bem como, o papel das representações sociais na constituição do espaço público. Na segunda parte, com base na investigação empírica que se focalizou a mídia impressa, parlamentares e grupos de pessoas que trabalham e transitam nos espaços públicos, discute a construção simbólica da esfera pública no Brasil e as representações sociais expressas nos diferentes discursos.

Inicialmente, através da análise da esfera pública no Brasil, Jovchelovitch procura demonstrar a conexão crucial entre as representações sociais, enquanto espaços simbólicos, e a esfera pública enquanto espaço social. A esfera pública no Brasil tem sido historicamente marcada por corrupção, ineficiência e burocracia da máquina estatal; tivemos o que a autora denomina de “desencantamento com a esfera pública”. O público e o privado se confundem em alguns momentos da nossa história, “o que deveria ser privado torna-se público e o que deveria ser público, em larga medida torna-se privado” (p. 26). Como exemplo dessa inversão, ressalta-se a publicidade em torno da vida privada do presidente

Collor, um verdadeiro “*stripe tease íntimo*”, que os jornais e as revistas de maior circulação no país (como *Veja* e *Isto É*) patrocinaram. “Os problemas privados do presidente eram usados para justificar a ausência de políticas capazes de lidar com os problemas de natureza pública experienciados pela Sociedade brasileira” (p. 26).

*Paralelamente à imagem de um Brasil alegre e solidário, embalado pela mistura de ritmos e a sensualidade do povo, emerge um Brasil repleto de desigualdades e injustiças sociais, o que representa, na verdade, um paradoxo dos mais desafiadores na constituição da vida pública brasileira. O sistema de representações que foi construído na nossa cultura não contempla a realidade do país.*

*Sobre as representações sociais da esfera pública, a autora enfatiza que, na teoria das Representações Sociais encontramos os elementos cruciais para tal abordagem, por duas razões: primeiro, porque “as representações são fenômenos simbólicos produzidos na esfera pública” (p. 40). É no encontro público - que acontece nos cafés, em reuniões e nas ruas - que os atores sociais, nas várias mediações da vida pública, se reúnem para falar e dar sentido ao cotidiano, onde as representações sociais são formadas; segundo, porque “as representações sociais são sempre a representação de um objeto, ou seja, elas ocupam o lugar de alguma coisa, elas re-apresentam alguma coisa” (apud JODELET, 1994).*

Para discutir o conceito de espaço público e de alteridade, que está presente nesse espaço, Jovchelovitch apoiou-se nos estudos de Hannah ARENDT e Jürgen HABERMAS. Para Habermas (1990), existem dois momentos históricos que podem ser considerados paradigmáticos para a construção da noção de esfera pública. Um corresponde à existência da cidade-estado grega; o outro se refere às transformações ocorridas na Europa - do século XVII à primeira metade do século XIX - com a transformação da chamada “*esfera pública burguesa*”. Mas foi talvez Hannah Arendt (1958), segundo a autora, que delimitou de forma definitiva os significados e configurações estruturais da esfera pública para os gregos antigos, salientando que o seu sentido original perdeu-se nas sociedades contemporâneas.

A esfera pública, portanto, é entendida como um espaço que existe em função da pluralidade humana, como um espaço que se sustenta em função da diversidade humana, como um espaço que encontra sua forma de expressão no diálogo e na ação comunicativa, trazendo para o centro da análise, a dialética entre o EU e o OUTRO. O Outro, segundo

MEAD (1934), citada pela autora, pode ser: *“qualquer coisa - qualquer objeto ou conjunto de objetos (...) - em relação aos quais o ser humano age, ou ao qual ele responde socialmente, constitui um elemento daquilo que para ele é o Outro generalizado; e quando toma as atitudes deste Outro generalizado como suas é que ele torna-se consciente de si mesmo enquanto um objeto ou indivíduo e então desenvolve um Eu ou personalidade”* (p.61). Nesse sentido é o *Outro* generalizado que dá ao sujeito sua possível unidade enquanto *Eu*, não há desenvolvimento do *Eu* sem a internalização de *Outros*.

O argumento desenvolvido pela autora, propõe que a esfera pública, enquanto *topos do Outro* generalizado, é constitutiva das representações sociais, na medida em que provê o espaço para a sua produção. *“As representações são formas de saber social que compreendem duas faces: o lado figurativo e o lado simbólico”* (apud Moscovici, 1978).

A formação e o desenvolvimento de representações e símbolos, descritos por Winnicott e Piaget (fontes principais utilizadas pela autora para relacionar símbolos e representações sociais), revelam a natureza pública dos processos subjacentes à formação das representações sociais. Os conteúdos que dão formas às representações sociais são os símbolos.

A atividade simbólica, de acordo com a noção winnicotiana de espaço potencial - espaço dos símbolos, que pressupõe a capacidade de evocar a presença apesar da ausência - leva a concluir que, tanto o desenvolvimento simbólico, como a permanência de símbolos, estão radicados na atividade representacional. *“O sujeito humano constrói na sua relação com o mundo, um mundo de significados. De um lado, é através de sua atividade e de sua relação com Outros que as representações emergem, realizando a mediação entre o sujeito e o seu mundo, um mundo que ao mesmo tempo descobre e constrói. De outro lado, a representação permite a existência de símbolos - pedaços de realidade social mobilizados pela atividade do sujeito para dar sentido e formar o meio ambiente que rodeia”* (p. 78).

O objetivo da autora, ao mostrar que as representações sociais são constituídas por símbolos, não é simplesmente dizer que as representações expressam a subjetividade dos indivíduos; *“da mesma forma que o social é mais que um agregado de indivíduos, as representações sociais são mais do que um agregado de representações individuais”*. Por isso, afirma que, para analisá-las, deve haver uma mudança no nível

de análise: esta não deve estar centrada no sujeito ontológico, mas nos fenômenos produzidos pelas construções particulares do campo social e dirigir-se ao social enquanto totalidade (p. 79). Para Jovchelovitch, entender a estrutura das representações implica em entender os modos como elas se formam e se transformam: *“os processos que dão forma às representações sociais estão intimamente ligados à ação comunicativa, e às práticas sociais da esfera pública: o diálogo, a linguagem, os rituais e processos produtivos, as artes e padrões culturais, em suma as mediações sociais. Desta forma, a análise deve concentrar-se sobre aqueles processos de comunicação e vida social, que não apenas as produzem, mas que também lhes conferem uma estrutura peculiar [...] são todos processos de mediação social. A vida social não é imediata. A comunicação constitui-se como mediação em um mundo feito de mundos infinitamente diversos; o trabalho constitui-se como mediação entre as necessidades humanas e o material bruto da natureza; o desenvolvimento dos ritos, dos mitos e símbolos, constitui-se como mediação entre a alteridade e o mistério do mundo e da mente humana: todas essas mediações revelam, em maior ou menor grau, a aventura da busca humana para dar sentido e entender sua própria existência no mundo.”* (pp. 80-81)

Os meios de comunicação de massa merecem uma atenção especial, por serem, segundo a autora, “os principais mediadores contemporâneos, tanto das representações sociais, como da esfera pública [...] dadas as formas como a mídia transforma e, de certa forma, define a circulação de bens simbólicos em sociedades contemporâneas, ela se torna uma fonte importante de reflexão para o estudo das representações sociais” (p. 92). São, portanto, espaços de interlocução dos sujeitos com o mundo; um espaço fundamental da vida humana, através do qual as pessoas dialogam, trocam experiências e deveriam defender a vida em comum sem miséria, violência e desigualdade.

No que se refere ao campo empírico, a autora utilizou uma abordagem pluri-metodológica, valendo-se de um conjunto de técnicas para, segundo afirma, responder à complexidade das relações, que trata teoricamente: análise de conteúdo da imprensa escrita (jornais e revistas), grupos focais (realizados com cidadãos comuns) e entrevistas narrativas (com parlamentares); ver quadro síntese (p. 215). Apresenta detalhadamente seus critérios de escolha, assim como os procedimentos metodológicos que empregou e o seu significado nas diferentes etapas da pesquisa que realizou, colocando, inclusive, em quatro anexos: uma discussão sobre as questões metodológicas, informações sobre os instrumen-

tos que usou para análise da imprensa, para o trabalho com grupos focais e para as entrevistas. Esse tipo de apresentação aberta e transparente do caminho percorrido pelo pesquisador, que oferece ao leitor uma informação completa, permitindo-lhe avaliar melhor os resultados é, lamentavelmente, uma prática muito pouco freqüente.

Coerentemente com os pressupostos teóricos expostos nos três primeiros capítulos, foram considerados: o papel da mídia impressa, buscando identificar de que forma a vida pública é retratada pela mídia e que aspectos são enfatizados. Essa investigação centrou-se em cinco jornais (*Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Estado de São Paulo*, *Zero Hora* e *Correio Brasiliense*) e duas revistas de grande circulação no país (*Veja* e *Isto É*); dentre os conteúdos analisados, a política mereceu destaque, sobretudo, o episódio do *impeachment* do presidente Collor de Melo (1992), marcado pela corrupção e pela crise moral da sociedade brasileira. Sobre as ruas, a pobreza, a violência e a insegurança, foram os temas mais retratados. Nesse sentido o espaço público é representado como “terra de ninguém, um espaço sem lei, sem laço social, onde tudo é possível e permitido” (p. 103).

Além da Imprensa, a autora considerou importante, utilizando grupos focais, recolher a narrativa de pessoas que transitam, trabalham e vivem nas ruas (profissionais liberais, estudantes, policiais, motoristas de táxi e crianças de rua), assim como, dos grupos de parlamentares que acompanharam de perto um dos momentos mais marcantes da vida pública brasileira, o *impeachment* do presidente.

Foram consideradas as narrativas dos grupos, porque as narrativas assim como as representações, ligam a experiência do *Eu* ao *Mundo*. “Quando os sujeitos sociais organizam eventos de uma trama, eles o revestem com significados, valores e afetos que são o material substantivo das representações sociais” (p. 147). As narrativas engendram fatos tanto do dia-a-dia, como situações inesperadas. Podem portanto, estabelecer conexões entre o ordinário e o extraordinário, na mesma medida que as representações, lutam pra fazer do desconhecido algo familiar.

O propósito da autora neste livro foi mostrar, portanto, que a esfera pública enquanto espaço da realidade intersubjetiva é o terreno no qual as representações sociais são geradas, se cristalizam e se transformam. “O terreno no qual as representações sociais crescem também dá forma às representações sociais, ou, em outras palavras, as representações sociais na esfera pública são constitutivas das representações sociais

da esfera pública, e vice-versa” (p. 175). O texto está fundamentado num sólido debate sobre representações sociais, com discussões teórico-metodológicas acerca dessa categoria, articulando diferentes dimensões. O estudo empírico apresentado, permite identificar um campo representacional da esfera pública no Brasil repleto de contradições: de um lado, “elas envolvem violência, corrupção e assassinato de crianças. De outro, elas envolvem carnaval, rituais de solidariedade mágica e alegria, bem como música e arte popular.” Procurar entender tais contradições, segundo a autora é um grande desafio. “O caráter difuso dessas práticas - que envolvem simultaneamente elementos privados e públicos - pode revelar o grau em que a vida social brasileira está lutando para superar - ou perpetuar - seus dramáticos problemas”. Jovchelovitch considera “crucial entender as representações que definem domínios diferentes da vida - o que historicamente pertence ao público e o que historicamente pertence ao privado - e suas inter-relações. Tal entendimento pode contribuir para trazer de volta à vida pública brasileira o potencial de uma cultura que somente no domínio privado conseguiu expressar o melhor de si mesma” (p. 193). Pode-se afirmar que ela, com a publicação deste fecundo estudo, está dando uma importante contribuição para esse entendimento.